

Raquel Villardi¹
Aluizio Belisário²

¹Licenciada, Mestre e Doutora em Letras, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, Sub-Reitora de Graduação da UERJ. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento em EAD/UERJ.

²Doutorando em Educação - UERJ, Coordenador de Inovações Tecnológicas da UERJ, Membro da Câmara Técnica de Educação à Distância - CATED/UERJ e Membro do Conselho de Representantes da UNIREDE (Rede Nacional de Educação à Distância). Material recebido em agosto de 2005 e selecionado em agosto de 2005.

Resumo

O artigo traz observações sobre o desenvolvimento da educação à distância com utilização das novas tecnologias de informação e comunicação, ressaltando as transformações que esta possibilita em relação às metodologias tradicionais, tratando ainda do papel que essas tecnologias exercem no processo de exclusão social, destacando as possibilidades de sua utilização como mecanismo de inclusão, particularmente em relação aos grupos de portadores de deficiência.

Palavras-chave: educação a distância; informação e comunicação; processo de exclusão; mecanismo de inclusão.

Educação a distância – perspectivas de inclusão social

Abstract

The article brings observations on the development of the distance education with use of the new information and communication technologies, the transformations that this makes possible in relation to the traditional methodologies, still treating the paper that these technologies exercise in the process of social exclusion, detaching the possibilities of its use as inclusion mechanism, particularly in relation to the groups of deficiency bearers.

Key words: *distance education; information and communication; process of exclusion; inclusion mechanism.*

1. Introdução

Num mundo globalizado, em que a informática e as telecomunicações assumem uma importância cada vez maior na redefinição de relações de produção e nas relações sociais como um todo, as inevitáveis transformações no campo educacional assumem papel fundamental, na medida em que abrem espaços para viabilizar o acesso a espaços de pleno desenvolvimento da pessoa e do cidadão.

A possibilidade de uso de procedimentos não presenciais na educação não é novidade nas diretrizes educacionais brasileiras. Tampouco é recente o uso da Internet, de Intranets institucionais e de computadores na educação, embora ainda não se tenha provado, efetivamente, sua tão proclamada eficiência. No entanto, a busca pelo desenvolvimento de uma *metodologia* que conjugue essas diferentes modalidades de tecnologia, com base em um rigoroso conceito de qualidade, capaz de permitir ao *participante* um desenvolvimento mais efetivo do que o que poderia ser obtido por meio das metodologias tradicionais de educação baseadas nas relações presenciais, se não é uma novidade, é o grande desafio que se coloca para os educadores, com o incremento das mais novas tecnologias de comunicação e informação.

Além disso, cria-se uma dinâmica na qual os próprios estudantes definem seu próprio ritmo de estudos, com intensiva realização de interações entre si e com os professores, a partir da qual é viável estabelecer, efetivamente, os rumos da construção de seu próprio conhecimento, impondo uma nova perspectiva ao papel desempenhado pelo professor, que deve dirigir o enfoque do processo de ensino-aprendizagem para a *aprendizagem colaborativa*, o que se constitui no grande desafio dos educadores modernos. Em outras palavras, a possibilidade de transformar o tradicional sistema de ensino 'escolarizado', em que o 'professor ensina e o aluno absorve' suas idéias, em um sistema onde todos estudam e constroem o conhecimento cooperativamente, pode-se considerar como a tarefa central dos educadores neste início de século.

2. Educação a distância

Enquanto a pedagogia tradicional impõe ao aluno um plano de estudos coletivo, as propostas pedagógicas com uso de tecnologia permitem-lhe a elaboração de um plano individualizado de estudos, garantindo a possibilidade de conjugação de suas atividades profissionais com o desenvolvimento educacional contínuo exigido pela sociedade moderna, na qual os tempos livres tornam-se cada vez mais raros.

[...] a grande falha dos sistemas de Educação a Distância que se utilizam deste tipo de mídia reside, ainda, na fragilidade das atividades interativas, que se resumem, praticamente, a uma limitada troca de informações [...]

O Governo Federal aprovou a implementação da Educação a Distância por meio do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o artigo 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Além disso, vem estabelecendo uma série de normas que possibilitam, ao cidadão comum, o desenvolvimento de sua formação acadêmico-profissional, seu aperfeiçoamento ou a atualização de seus conhecimentos, sem a necessidade de afastamento de seus locais de trabalho ou residência — o que, por si só, já representa um enorme ganho em termos de possibilidade de inclusão social.

Tradicionalmente, a educação a distância tem consistido na elaboração e disponibilização de material didático sobre a temática em estudo: textos, ilustrações e exercícios individuais, bem como a utilização do correio e do telefone como instrumentos de mediação entre alunos e professores. Ressalte-se que a maioria dos textos produzidos ainda segue a lógica da conhecida Instrução Programada, e os exercícios, em geral, são desenvolvidos individualmente.

Apesar de todos os avanços, tanto nas técnicas de elaboração de material didático e gráfico quanto nas possibilidades de interação via telefone ou correio, a grande falha dos sistemas de Educação a Distância que se utilizam desse tipo de mídia reside,

ainda, na fragilidade das *atividades interativas*, que se resumem, praticamente, a uma limitada troca de informações entre os alunos e equipes de suporte dos cursos ou de seu Professor-Responsável.

3. Educação a distância e internet

Com os rápidos e grandes avanços da tecnologia da informação e comunicação e das telecomunicações, torna-se possível o enriquecimento das atividades de educação a distância, produzindo uma prática de aprendizagem interativa, na qual o aluno deixa de ser um mero receptor dos conteúdos transmitidos em sala de aula e transforma-se no ator central de seu próprio processo de aprendizagem.

Nesse contexto, tem-se assistido à transformação do professor em *conteudista* ou *tutor*, exercendo, portanto, um papel distinto do tradicional — no qual atua como uma espécie de repositório de conhecimentos acumulados e repassador destes conhecimentos — tornando-se *mediador* ou *facilitador* do processo educacional, orientando a busca de soluções de dúvidas, incentivando a produção dos estudantes, assumindo um papel de parceiro no processo de construção do conhecimento.

Nesse contexto, o crescente uso das ferramentas da Internet na educação vem proporcionando uma série de vantagens para a educação a distância, entre as quais se destacam a economia de tempo nas comunicações, a diminuição dos custos operacionais, o acesso mais rápido às informações e um considerável aumento nos processos interativos, por meio de grupos de discussão, seminários *on-line* (*chats*), entre outros.

Na verdade, uma das grandes contribuições que a Internet traz para a educação a distância diz respeito ao *desenvolvimento de atividades de interação entre estudante-estudante e entre estudante-professor*, até então restritas à simples troca de correspondência ou, eventualmente, a *momentos* de encontros presenciais, sempre custosos aos participantes do processo. Isto, evidentemente, sem se considerar a extraordinária redução de custos de produção de material instrucional e a ampliação, quase sem limites, do alcance das escolas, em termos territoriais.

Outra grande contribuição da Internet pode ser a promoção da mudança do paradigma da Escola Tradicional, por meio da implementação do conceito de ambientes educativos virtuais —incluindo, aí, a *Universidade Virtual*—onde, alternativamente às estruturas físicas, pode ser construída uma rede de inter-relações e cooperação quase ilimitada.

Assim, o próprio conceito de Universidade passa a incorporar mais uma dimensão, na qual, apesar da distância, indivíduos e grupos podem discutir, estudar e pesquisar praticamente todas as áreas do conhecimento humano, sem qualquer necessidade de deslocamento de seu local de trabalho ou residência, rompendo barreiras temporais e espaciais, e possibilitando, desse modo, uma espécie de *globalização democrática do saber*.

As comunidades acadêmicas nacional e internacional vêm desenvolvendo nos últimos anos, particularmente, a partir do início da década de 90, pesquisas e experiências de implementação de cursos *on line*. No plano internacional, destacam-se as experiências desenvolvidas pelas seguintes instituições: Open University, na Inglaterra; Universidade de Monterrey, no México; UNED e Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha; e Pennsylvania State University, nos Estados Unidos. No plano nacional, podemos citar os Programas de Educação a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal da Bahia, da Universidade do Estado de São Paulo e da Universidade de Brasília, além das iniciativas da rede privada de ensino.

Outro fato importante é a criação de consórcios, como a UniRede, entre instituições federais de ensino, e o CEDERJ, englobando as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Esse quadro demonstra uma forte tendência do desenvolvimento de alternativas para a sala de aula tradicional, caracterizada pela perspectiva presencial, visando à implantação da *sala de aula virtual*, caracterizada pela utilização de tecnologias de informação e comunicação, tais como Internet, videoconferências e CD-ROM.

Várias propostas metodológicas encontram-se em desenvolvimento, atualmente. As facilidades proporcionadas pela telemática crescem incessantemente, indicando que, a curto e médio prazos, as Instituições poderão ampliar, de modo significativo, suas atividades realizadas no chamado *espaço virtual*.

Desenvolvem-se Programas Educacionais estritamente virtuais ou semivirtuais, não apenas dinamizando os tradicionais Programas Presenciais, mas tornando-os acessíveis a contingentes maiores da população, abrindo espaço para a concretização de *Cursos Livres* que podem vir a constituir a **Universidade Aberta**, na qual os estudantes terão a liberdade de definir a composição curricular de seus próprios Cursos, a serem analisados, orientados e certificados institucionalmente.

4. Tecnologia e exclusão

Olhando-se o cenário mundial, vê-se um quadro de desigualdade e exploração, conformando uma sociedade caracterizada por uma estrutura de dominação resultante de uma relação econômica de produção fundada na propriedade privada dos meios-de-produção, que se reproduz e amplia pela utilização de mecanismos ideológicos, cada vez mais sofisticados e interdependentes.

Como afirma Santos, “a máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2003:18). Para ele,

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista... no fim do século XX e, graças aos avanços da ciência, produziu-se um sistema de técnicas presidido pelas técnicas da informação, que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária.

[...] a máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema.

Só que a globalização não é apenas a existência desse novo sistema de técnicas. Ela é também o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes. Os fa-

tores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada (Idem: 23-24).

Está em construção um novo mundo a ser explicado, entendido e assimilado e, com ele, grande quantidade de excluídos, face às novas tecnologias de comunicação, como já aconteceu anteriormente com a escrita, o telefone, e a televisão, mas também devido às ainda relativamente caras e sofisticadas formas de acesso e integração a este mundo.

Pierre Lévy, um estudioso da cibercultura, afirma:

O acesso ao ciberespaço exige infra-estruturas de comunicação e de cálculo (computadores) de custo alto para as regiões

em desenvolvimento. Além disso, a apropriação das competências necessárias para a montagem e manutenção de centros servidores representa um investimento considerável (LEVY, 1999: 236).

Citando, mais uma vez, Milton Santos:

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle (SANTOS, 2003: 38-39).

Castells⁷ vê o informacionalismo motivado pela revolução tecnológica como a base material desta sociedade, na qual a produção de riqueza, o exercício do poder e a criação de códigos culturais tornaram-se dependentes da capacidade tecnológica de sociedades e indivíduos — com destaque para a tecnologia da informação, indispensável à formação

quadro de desigualdades, cada vez mais difícil de ser superado.

Cumpramos destacar o papel da cultura na reprodução desta sociedade dividida pela tecnologia, podendo-se dizer que é, ao mesmo tempo, sua causa e consequência, pois, se por um lado, como afirma Castells, “não existem revoluções tecnológicas sem transformação cultural” (CASTELLS, 2001: 154), por outro, não podemos negar o papel da tecnologia na conformação da cultura de uma sociedade.

É necessária a inclusão dos setores dominados no seio da cultura da sociedade em rede, como instrumento de superação da situação de dominação existente nesta sociedade [...]

de redes e à transformação da vida social e econômica, hoje caracterizada pelo domínio de um capitalismo globalizado, no qual a exclusão de povos e territórios se define objetivamente a partir do seu valor nesse contexto.

Essa globalização parece exercer maior influência no campo da educação, particularmente em países com grandes extensões territoriais e grandes diferenças regionais, face ao alto custo do desenvolvimento de programas educacionais de largo alcance e à quase inviabilidade de se atingir boa parte dos que demandam esses programas, provocando, desse modo, uma ampliação do

É necessária a inclusão dos setores dominados no seio da cultura da sociedade em rede, como instrumento de superação da situação de dominação existente nesta sociedade, num processo de “alargamento cultural”, no qual é absolutamente necessário que os aspectos, processos, crenças dos diversos grupos também sejam incorporados pelos hegemônicos — ou seja, que o processo de alargamento cultural ocorra em via de mão dupla. Daí, o entendimento da educação como elemento fundamental numa dinâmica de superação dessa situação de dominação e, particularmente, da escola.

Milton Santos afirma que, se vivemos uma globalização perversa, é possível “pensarmos na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (SANTOS, 2009: 20). Para ele, as mesmas bases materiais nas quais o grande capital se apóia para construir essa globalização perversa — a unicidade técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta — podem ser postas a serviço de outros fundamentos políticos e sociais (Idem: 20-21).

5. Perspectivas de inclusão

Embora os autores citados — tanto quanto a maioria dos pesquisadores da área de tecnologia, educação e sua associação no desenvolvimento de programas de educação a distância — tratem a questão dos excluídos sob um ponto de vista predominantemente econômico, é de extrema im-

portância que se discuta o papel da tecnologia em processos educativos e, conseqüentemente, da educação a distância, com respeito ao que poderíamos chamar de “outros excluídos”, como os portadores de deficiência e os que vivem privados da liberdade de circulação na sociedade, por se encontrarem nos sistemas prisionais.

Ainda que, a princípio, colocar os dois grupos num mesmo conjunto possa parecer inadequado, a verdade é que ambos sofrem restrições com relação à liberdade de exercício de sua cidadania plena — um, por razões óbvias, ou seja, pela privação de liberdade; outro, pela falta de políticas públicas e de sensibilidade do corpo social que, lamentavelmente, se comporta, em grande parte, de forma preconceituosa, e parece ainda estar longe de compreender a real necessidade de investir maciçamente na criação de condições para que esse grupo tenha

Com relação aos portadores de deficiência, a criação de condições especiais para que possam participar do processo educacional, em nível de igualdade com os demais indivíduos, é uma exigência básica de qualquer sociedade que se pretenda democrática.

acesso a mecanismos efetivos de inclusão, capazes de promover seu pleno desenvolvimento, face à necessidade de superação de obstáculos que fazem parte de seu cotidiano.

Com relação aos que cumprem penas nos sistemas prisionais, é evidente que lhes dar acesso aos bancos escolares e às possibilidades de desenvolvimento é essencial para que se lhes abram novas perspectivas de inserção social, permitindo uma efetiva ressocialização e a conseqüente retomada da vida produtiva na sociedade — única alternativa capaz de evitar a reincidência.

Com relação aos portadores de deficiência, a criação de condições especiais para que possam participar do processo educacional, em nível de igualdade com os demais indivíduos é uma exigência básica de qualquer sociedade que se pretenda democrática, particularmente nos países em desenvolvimento, que não po-

dem prescindir de suas inteligências na construção de um futuro mais justo, tanto do ponto de vista econômico quanto social.

Parece-nos que, nesse sentido, a educação a distância, aliada às novas tecnologias de informação e comunicação, pode contribuir sobremaneira para o processo de inclusão social, à medida que torna possível que a “escola chegue até o cidadão”, seja no sentido espacial — quando lhe permite o acesso aos programas educacionais sem a necessidade de custosas locomoções (não apenas devido à distância, mas também pelos parcos e muitas vezes inadequados meios de locomoção disponíveis para estes grupos) —, seja no sentido intelectual — ao lhes permitir o acesso ao processo de construção do conhecimento, por meio da utilização de ferramentas tecnológicas que garantam a superação das diferenças em relação aos demais integrantes desse processo.

É evidente que a possibilidade de desenvolvimento educacional num ritmo próprio, com acesso a ferramentas diferenciadas — utilização intensiva de imagens e textos escritos, para portadores de deficiência auditiva; utilização intensiva de som e textos escritos em braile, para portadores de deficiência visual; além de outras ferramentas, que permitem uma interação efetiva entre portadores de deficiência e demais estudantes, viabilizando a participação plena no processo de construção — traz ganhos evidentes ao processo educativo de todos os envolvidos.

Na verdade, em outros países mais desenvolvidos, já se produz material didático e projetos pedagógicos adequados a esses grupos, destacando-se a experiência da Open University, na Inglaterra, e da UNED, na Espanha. Para tanto, tais países dotaram-se de redes de produção e difusão de conhecimento, alicerçados em infraestrutura pública que, por lado, dotou tais países de redes de alta velocidade, por outro, permitiu o acesso a equipamentos com custos subsidiados — como, aliás, já ocorre no Brasil, por exemplo, com os automóveis.

Se pensamos, efetivamente, em contribuir para a tão necessária inclusão dos portadores de deficiência no processo educacional e na sociedade de modo geral, parece-nos bastante importante que se façam fortes investimentos no desenvolvimento de programas de educação a distância, com material didático e ferramentas de interação especificamente voltados para o atendimento desses grupos, a partir das novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico já fez a sua parte. Resta ao poder público e a nós, educadores, a decisão de adotar posturas inclusivas, fazendo a nossa parte.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. O Informacionalismo e a Sociedade em Rede. In: HIMANEN, Pekka. **A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 137-154.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.